



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

09/08/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Reforma da Previdência já está no Senado

A reforma da Previdência já tramita no Senado. Ontem, após a entrega do texto à Casa, o relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse que pretende entregar seu relatório em até três semanas. A perspectiva é de votar a proposta em plenário em até dois meses.

Leia mais: [Jornal A Tribuna – 09/08/2019](#)

Comissão define salário mínimo de R\$ 1.040

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. O texto prevê que o salário mínimo seja reajustado para R\$ 1.040 em 2020, sem ganho acima da inflação. O texto ainda precisa ser aprovado em sessão conjunta do Congresso antes de seguir para a sanção do presidente Jair Bolsonaro. A LDO é o texto que será a base para o governo elaborar o Orçamento. Constitucionalmente, deputados e senadores deveriam ter aprovado a LDO pelo Congresso antes do recesso. No entanto, as férias legislativas, que começariam no dia 18 passado, foram antecipadas após a conclusão da votação do primeiro turno da reforma da Previdência sem a análise do parecer na CMO. Conforme o projeto da LDO, o aumento nominal do salário mínimo será de 4,2% na comparação como valor atual, de R\$ 998. A variação é a mesma prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Portanto, o piso vai garantir apenas a reposição da inflação, sem ganho real.

Fonte: [Jornal A Tribuna – 09/08/2019](#)

FGTS: saque só para quem já tinha poupança

O primeiro calendário de saques do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que começa em 13 de setembro, vale apenas para trabalhadores que já tinham conta poupança na Caixa até 24 de julho, data de publicação da medida provisória que permite o resgate do dinheiro de contas ativas e inativas. Isso significa que quem abriu conta poupança no banco depois dessa data não terá a possibilidade de receber automaticamente os R\$ 500 por conta do FGTS, conforme as regras da MP 889, que regula a liberação dos recursos. Em torno de 33 milhões dos trabalhadores têm conta poupança na Caixa, segundo o banco. Serão 11 milhões de beneficiados em cada faixa segmentada por meses de nascimento -são três largadas, começando em 13 de setembro. Segundo a Caixa, a separação entre trabalhadores com e sem conta poupança não teve como objetivo favorecer seus clientes, mas sim atender à expectativa de demanda nesta liberação de FGTS, três vezes maior do que a do ex-presidente Michel Temer, restrita às contas inativas.

Leia mais: [Jornal Diário do Litoral – 09/08/2019](#)

Receita diz que reforma tributária terá mudança no IR, IVA federal e nova CPMF

A reforma tributária do governo federal, que o ministro da Economia Paulo Guedes deverá apresentar na próxima semana, terá um tripé formado por reforma do IR (Imposto de Renda), imposto único sobre consumo e serviços e uma contribuição previdenciária sobre movimentações financeiras.

Em relação aos dois últimos, uma lei complementar vai definir qual o peso de cada um, que deverão se equilibrar de forma a manter a soma das duas arrecadações em um determinado nível.

Detalhes sobre a reforma tributária do governo Jair Bolsonaro (PSL) foram apresentados pelo secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, durante evento sobre cenários econômicos, em São Paulo, promovido pelo Banco BTG Pactual nesta quinta-feira (8).

A reforma do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) inclui a correção da tabela, mas de forma “muito lenta e gradual”, segundo o secretário. Também serão revistas algumas deduções que o governo considera com baixo efeito distributivo.

De modo geral, a equipe econômica estuda acabar com as deduções de gastos com saúde e educação. A medida é uma contrapartida para a redução da alíquota máxima da tabela, hoje em 27,5%.

Segundo integrantes do Ministério da Economia, o governo também avalia ajustar a faixa de isenção do IR apenas pela inflação. Tanto o fim das deduções quanto o aumento da faixa de isenção de acordo com a inflação ainda estão sob análise.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 09/08/2019

Governo estuda acabar com deduções do IR e corrigir pela inflação faixa de isentos

A equipe econômica do governo Jair Bolsonaro (PSL) estuda acabar com as deduções de gastos com saúde e educação do Imposto de Renda. A medida é uma contrapartida para a redução da alíquota máxima da tabela, hoje em 27,5%.

Segundo integrantes do Ministério da Economia, o governo também avalia ajustar a faixa de isenção do IR apenas pela inflação. Tanto o fim das deduções quanto o aumento da faixa de isenção de acordo com a inflação estão sob análise. As mudanças na tabela do Imposto de Renda estão entre os pontos que serão incluídos na reforma tributária da gestão Bolsonaro.

O ministro Paulo Guedes (Economia) planeja entregar o projeto ainda em agosto. A ideia inicial era apresentar o texto após a votação do segundo turno da reforma da Previdência na Câmara, concluído na quarta-feira (7).

As mudanças no IR devem ser propostas em agosto e representarão uma das pernas do tripé da reforma tributária em construção pelo governo. Antes disso, o governo pretende propor a fusão de cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, CSLL e IOF) no imposto único federal.

Em outra ponta, para permitir uma desoneração da folha de pagamentos, o governo quer criar a contribuição sobre pagamentos, aplicável sobre qualquer transação.

As questões ligadas a IR são sensíveis à opinião pública e devem integrar a última etapa da reforma, comandada pelo Secretário da Receita, Marcos Cintra.

Além de alterar o tributo para pessoa física, o governo avalia reduzir a alíquota máxima do imposto também para empresas.

Inicialmente, a equipe econômica estudava uma simplificação radical no sistema tributário do país. Mas optou-se por um modelo mais cauteloso, em que o governo vai iniciar uma reforma branda, submetendo a proposta à análise da opinião pública.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 09/08/2019